

O preto no branco

Reportagem investiga e revela o atoleiro em que se encontra a gestão do lixo no Rio de Janeiro

ANA LUISA LYRA, DANIEL LEAL, DÉBORA RYCHTER E LUIZ FERNANDO CARVALHO

Sebastião Moraes



Catadores em atividade em Gramacho

O destino final dos resíduos produzidos na cidade do Rio de Janeiro é, hoje, uma questão ambiental controversa. Segundo a Comlurb, órgão responsável pela limpeza urbana do município, quando o aterro sanitário de Paciência entrar em atividade, os problemas estarão encerrados, já que a própria empresa admite que os atuais aterros em funcionamento – Gramacho e Gericinó – estão com seus dias contados. Já para as ONGs e associações ambientais especializadas no assunto, os aterros sanitários, isoladamente, jamais darão conta de

resolver a questão da produção dos resíduos urbanos, em toda a sua complexidade, e, além disso, a tão anunciada solução representada pelo aterro sanitário de Paciência é um blefe, pois o projeto desrespeita muitas condições fundamentais para que possa ser considerado ambientalmente correto.

Aliás, a primeira controvérsia, quando se fala em aterro sanitário, é justamente que, para muitos ambientalistas, eles não existem de fato, no município; o que há são ex-“lixões” transformados pela Comlurb em aterros controlados, sem várias

das condições necessárias para receber a designação de aterros sanitários.

O esgotamento de Gramacho e Gericinó

Atualmente, dois aterros – para utilizar a nomenclatura oficial dada pela Comlurb – recebem todo o material coletado no Rio. No município de Duque de Caxias, Gramacho recebe diariamente 8.000 toneladas produzidas pelos cariocas, enquanto em Gericinó, bairro do Rio, são despejadas mais 2.000 toneladas, em um total de 10 mil toneladas por dia, uma montanha de resíduos equivalente a um prédio de quatro andares.

Segundo José Henrique Penido, assessor da diretoria industrial da Comlurb, o aterro de Gericinó está com sua vida útil praticamente encerrada: “a questão local é complicada, principalmente por falta de espaço, pois esse aterro é vizinho ao complexo penitenciário de Bangu. Ainda temos, é verdade, um espaço razoável, mas há um limite. Ainda assim, tudo lá está funcionando muito bem. Basta dar como exemplo o conjunto habitacional construído há dois anos a apenas 150 metros do aterro e cujos moradores, até hoje, não nos trouxeram uma única queixa de mau cheiro ou de qualquer outro problema. Tudo o que os habitantes de lá vêem é um morro gramado”.

Já em relação ao aterro de Gramacho, o assessor da Comlurb destaca o que talvez seja o único ponto de concordância entre os técnicos da empresa e os ambientalistas: “de fato, Gramacho foi construído sobre uma área de manguezal, terreno composto de argila orgânica mole, o que pode levar a eventuais deslizamentos, em função de sobrecargas localizadas”, afirma Penido

De 1978, quando surgiu como lixão, sem qualquer controle ambiental, até hoje, o aterro de Gramacho já sofreu várias intervenções que diminuíram seu impacto sócio-ambiental. Desde 1996, parte do chorume (líquido resultante da decomposição do lixo) passou a ser tratado e o gás, tam-

“Os apocalípticos de plantão alardeiam há 15 anos que o solo de Gramacho pode rachar a qualquer momento e poluir gravemente a baía de Guanabara. Não há, no entanto, a menor possibilidade de isso acontecer”

José Henrique Penido

calípticos de plantão alardeiam há 15 anos que o solo de Gramacho pode rachar a qualquer momento e poluir gravemente a baía de Guanabara. Não há, no entanto, a menor possibilidade de isso acontecer. Não há nenhum risco para a baía de Guanabara, nem para o rio Sarapuí, nem para o rio Iguaçu, todos lindeiros ao aterro. A Comlurb nunca arriscaria tal possibilidade, depois do esforço gigantesco para recuperar o que já foi um dos maiores lixões que conheci”.

Com uma visão absolutamente oposta, Eduardo Bernhardt, da Associação Ecológica EcoMarapendi, instituição de referência no Brasil em educação ambiental e gerenciamento de resíduos sólidos, afirma: “se Gramacho desabar da pior maneira possível, ou seja, de uma só vez, teremos um sério acidente ambiental, com graves conseqüências sociais, uma vez que várias ruas vizinhas serão inundadas num processo semelhante, mas em menor escala, ao do Tsunami, na Ásia”.

De acordo com Penido, o que vai apontar o fim da vida útil de Gramacho são os instrumentos de monitoramento geotécnico mantidos no local pela Comlurb: “sabemos que ocorrem pequenos deslizamentos em pontos de sobrecarga, mas que são detectados por um sistema extremamente sofisticado. Temos hastes que vão até 30 m de profundidade e detectam qualquer movimento do terreno em toda a periferia do aterro. Essas informações é que vão conduzir a uma eventual decisão de encerrar as atividades em Gramacho”.

Há indicações de que esse dia não está distante.

Segundo a presidente e fundadora da ONG Reviverde, especializada em reciclagem, Regina Laginestra, 30% da área não pode mais ser utilizada sob o risco de o terreno ceder: “sabe-se, desde 2005, que a capacidade do aterro de Gramacho está próxima do esgotamento. Na verdade, de acordo com o cronograma da própria Comlurb, ele deveria ter sido desativado no fim de 2004”.

Embora haja divergências entre a Comlurb e as diversas entidades ambientais quanto ao momento certo de desativar os dois únicos aterros sanitários de que o Rio de Janeiro dispõe hoje, ninguém nega que a data se aproxima. Diante da posição oficial da Comlurb de que aterro sanitário é a melhor alternativa de destino final dos resíduos urbanos produzidos pelo município, todas as atenções se voltam, então, para o projeto do aterro sanitário de Paciência, cuja construção tem sido adiada e é alvo de uma polêmica envolvendo a própria Comlurb, diversos órgãos municipais e entidades ambientais, além das comunidades vizinhas.

Paciência: o projeto que não sai do papel

Em 2003, após sucessivos acordos sobre o fechamento de Gramacho entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Ministério Público Estadual, foi lançado um edital para a construção e a operação de um aterro sanitário em Paciência, no Rio. Proprietária do terreno, a empresa Júlio Simões Transportes S.A. venceu a licitação para construir e operar esse Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS).

No entanto, o contrato fechado entre essa empresa e a Comlurb foi considerado ilegal pelo Tribunal de Contas do Município por não ter a Júlio Simões qualificações para atuar na área, já que nunca construiu nem operou um aterro sanitário. O mesmo Tribunal de Contas considerou, ainda, um ato regulamentar ilegal a edição, em outubro de 2004, de um decreto do prefeito declarando a área compatível para aterros, o que, até então, era veda-

Os cariocas se vêem diante da possibilidade de um eventual acidente ambiental – caso aconteçam rachaduras no solo do aterro de Gramacho, antes que ele seja desativado – e da ausência de uma solução para o destino final das 10 toneladas de resíduos produzidos diariamente no município

do pela legislação urbanística da área.

O IBAMA, por sua vez, questionou, inicialmente, vários aspectos referentes ao projeto, como a falta de um mapa hidrológico da área, o tratamento que seria dado aos resíduos industriais e aos remanescentes florestais e espécies ameaçadas de extinção e, mesmo, quanto a alternativas de localização. No entanto, sem que fosse divulgada a resolução sobre as considerações feitas nesse primeiro parecer, o IBAMA emitiu um segundo documento em que essas questões não foram

mais sequer mencionadas.

Na verdade, desde que a Comlurb assinou o contrato com a empresa Júlio Simões, várias críticas têm surgido ao projeto. No terreno previsto existem, por exemplo, 12 nascentes de água, o que, por si só, transforma o local em área de preservação permanente, segundo critérios do Código Florestal. Além disso, o nível do lençol freático na área é muito superficial, a ponto de aflorar nos pontos de nascente, e qualquer rompimento da manta de isolamento do aterro, o que poderia ser provocado por materiais perfurantes freqüentemente presentes no lixo, causaria a contaminação imediata das águas.

A localização do terreno, em Paciência, é um problema em vários aspectos, pois o aterro seria instalado a menos de um quilômetro de núcleos urbanos, o que fere lei municipal sobre o assunto. Além disso, estaria também a menos de 10 quilômetros da Base Aérea de Santa Cruz e próximo ao aeroporto de Jacarepaguá, o que o colocaria dentro da área de Segurança Aeroportuária. Embora a Comlurb alegue que o projeto prevê cuidados ambientais que não permitiriam que o aterro atraísse urubus – principal ave envolvida em acidentes aéreos –, há sempre o risco de um aterro sanitário se tornar foco de pássaros. “As pessoas pensam que há sempre urubus rondando os aterros, mas isso não é verdade. Os urubus que aparecem em Gramacho, por exemplo, estão lá por conta dos lixões clandestinos que se formam na periferia



O entorno do Aterro de Gramacho

do aterro e que nós não podemos impedir, garante o assessor da Comlurb”, José Henrique Penido.

O projeto do Centro também não prevê a instalação de uma unidade de tratamento dos resíduos do serviço de saúde, o que fere resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Apesar de todas essas objeções, o assessor da Diretoria Industrial da Comlurb, José Henrique Penido considera bastante adequada a área escolhida para o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos e seu projeto extremamente sofisticado: “já foi feito um estudo de impacto ambiental, a FEEMA e a SERLA (órgão gestor de recursos hídricos do estado do Rio de Janeiro) já aprovaram integralmente o projeto. No entanto, houve tentativas de audiência pública desmarcadas por decisões judiciais, e até ações judiciais, mais de 40, em que são réis a Comlurb e a Júlio Simões. Tudo isso visa impedir a implantação desse aterro por interesses econômicos diversos de outras empresas”.

Para as entidades ambientalistas, o impasse criado pelo projeto do Centro de Tratamento de

Resíduos Sólidos de Paciência é de natureza ambiental. A Comlurb, porém, trata o assunto como se os impedimentos à continuidade do projeto fossem todos de ordem político-econômica. Enquanto isso, os cariocas se vêem diante da possibilidade de um eventual acidente ambiental – caso aconteçam rachaduras no solo do aterro de Gramacho, antes que ele seja desativado – e da ausência de uma solução para o destino final das 10 toneladas de resíduos produzidos diariamente no município.

Comlurb de um lado, ambientalistas de outro, sobressai de toda essa discussão a necessidade de que o Rio de Janeiro tenha, não apenas, um aterro sanitário em moldes ambientalmente corretos, mas uma efetiva e abrangente política de gestão de resíduos sólidos. E já que surgem tantos empecilhos para que o projeto de Paciência se torne realidade, esse parece ser o momento propício para que os vários setores da sociedade se mobilizem – cada qual assumindo sua parcela de responsabilidade – em torno do desenvolvimento desta macro política ambiental para a gestão dos resíduos sólidos. ☯